

PREGÃO ELETRÔNICO

68/2024

ÓRGÃO REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Administração Gestão de Pessoal

OBJETO

Contratação de empresa especializada em execução de serviços de manutenção de elevadores com o objetivo de realizar manutenções preventiva, corretiva e emergencial, com o fornecimento de peças e acessórios necessários nas unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Hortolândia, de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de referência.

DATA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

INICIAL: 16/07/2024 às 08h00 (horário de Brasília)
FINAL: 29/07/2024 às 08h00 (horário de Brasília)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/07/2024 às 08h30 (horário de Brasília)

LOCAL: <u>WWW.NOVOBBMNET.COM.BR</u>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

COTA PREFERENCIAL ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2024

Edital Nº 87/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77412/2024

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**, por meio da **Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal** (Departamento de Suprimentos), sediada na Rua Projetada 12, nº 100, Bairro Jardim Metropolitan, no Município de Hortolândia — SP, após autorização do **Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoal**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em execução de serviços de manutenção de elevadores com o objetivo de realizar manutenções preventiva, corretiva e emergencial, com o fornecimento de peças e acessórios necessários nas unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Hortolândia,

de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de referência, conforme

condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

STOLAND.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

1.3. O preço de referência para a presente contratação é de R\$ 99.072,00 (noventa e

nove mil e setenta e dois reais).

1.3.1. O valor acima constitui o teto possível para esta contratação. Não

sendo possível a negociação para a contratação por valores superiores a este.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente

credenciados no Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de

Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas

em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive

os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos

decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais

nos Sistemas relacionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros

tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no

momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de

pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº

14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o

microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123,

<u>de 2006</u>.



2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- **2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- **2.6.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- **2.6.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- **2.6.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- **2.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- **2.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- **2.6.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos

CATOLAYO,

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

vedados pela legislação trabalhista;

- **2.6.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- **2.6.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- **2.6.10.** Sociedade de Propósito Específico (SPE);
- **2.6.11.** Organizações da sociedade civil de interesse público oscip, atuando nessa condição;
- **2.6.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da lei n.º 14.133, de 2021.
- **2.7.** O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- **2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- **2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas

OVIOLA VO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo

financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não

poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por

essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução

da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado

ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O CONTRATO decorrente desta contratação, terá vigência por 12 (doze) meses

contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido na

legislação vigente.

3.1.1. Após envio do e-mail contendo o CONTRATO, a licitante terá o prazo de 05 (cinco)

dias úteis para devolvê-lo assinado.

3.1.2. O CONTRATO assinado deve ser enviado como resposta ao mesmo e-mail que

enviou o CONTRATO para assinatura.

3.1.3. A assinatura do CONTRATO deve ser efetuada de forma digital, mediante

certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-

Brasil), nos termos do art. 12, §2º da Lei Federal 14.133/2021.

4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE

HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de

propostas e lances e de julgamento.

CALOLA VO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a

proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento

adotado neste Edital.

4.3. Após a disputa e negociação do preço o Pregoeiro solicitará ao licitante vencedor

que VINCULE os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, sob pena de

INABILITAÇÃO no certame licitatório.

4.3.1. Junto aos demais documentos de habilitação, deve ser anexado o

formulário do ANEXO III – Dados Para Contato, preenchido.

a) A apresentação deste anexo tem o objetivo de acelerar o processo de

contratação. Sua apresentação é importante, mas sua ausência não inabilitará

a concorrente.

4.2.3. Na hipótese de demanda por laudos, catálogos, autorizações, amostras,

credenciamentos, ou quaisquer outros documentos, nos quais o presente edital

determine que a apresentação deva ocorrer em data subsequente, deverá ser

observado o prazo estipulado no item 7.14..

1.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do

sistema, que:

4.4.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

4.4.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus

anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o

edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas

leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e

,

nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em

definitivo;



- **4.4.3.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, xxxiii, da constituição;
- **4.4.4.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos <u>incisos iii e iv do art.</u>

 1º e no inciso iii do art. 5º da constituição federal;
- **4.4.5.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- **4.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no <u>artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006</u>, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus <u>arts. 42 a 49</u>, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - **4.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - **4.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na <u>lei complementar nº 123, de 2006,</u> mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

STOLAND.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2. ou 4.6. sujeitará o licitante às

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos

documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos

de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a

proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de

julgamento e aceitação das propostas.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as

operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo

ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas

pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer

acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na

Plataforma BBMNET no menu "Sala de Disputa", no campo das licitações na coluna

(menu) da etapa "Aberto para receber propostas".

5.1.1. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o

lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema

e finalizar no comando "enviar proposta".

5.1.2. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro

prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

SON OLAND

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta

ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de

exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer

alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em

percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos

recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento

serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no

sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de

proposta.

5.8. Os documentos de habilitação serão vinculados pelo licitante provisoriamente

classificado em primeiro lugar, na fase de habilitação, e não poderão mais ser excluídos

ou alterados.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das

disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência,

assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos,

bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários,

em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo,

quando requerido, sua substituição.

CATOLA NO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da

data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de

regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já

decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços

máximos previstos no item 5.11.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos

contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o

devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a

adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71,

inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da

empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência

de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto

de apuração de responsabilidade.

5.14. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão

retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.15. Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do

produto ou serviços, com as informações adicionais.

5.15.1. O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha

técnica, sob pena de desclassificação.

6- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E

FORMULAÇÃO DE LANCES

CALOLA VO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por

meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no

sistema, até a data final para apresentação de propostas. Os documentos de habilitação

serão vinculados na fase de Habilitação, somente pelo licitante vencedor.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no

sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento

definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. Quando devidamente justificado e autorizado pelo pregoeiro, os licitantes poderão

alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de

propostas.

6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que

somente estas participarão da fase de lances.

6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o

pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio

sistema.

6.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances

exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu

recebimento e do valor consignado no registro.

6.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

CONTOLA 10

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

6.8. Para formulação dos lances, serão aceitos valores compostos por até 2 (duas)

casas decimais.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para

abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele

ofertado e registrado pelo sistema.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e,

após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance

ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem

anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver

lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances

intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens

anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema

ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema

ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já

ofertado.

CALOLI VO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo

real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do

pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção

dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo

superior a 03 (três) horas, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes,

no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas

de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira

colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da lei complementar nº 123,

de 2006, regulamentada pelo decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da

melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira

colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de

encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior

ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema,

contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor

classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão

convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que



se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de

desempate será aquele previsto no art. 60 da lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar

nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual

deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de

atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e

mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme

orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente,

aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do estado ou do distrito federal do

órgão ou entidade da administração pública estadual ou distrital licitante ou, no

caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do

estado em que este se localize;

b) Empresas brasileiras;



- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- **d)** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da <u>lei</u> nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- **6.21.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - **6.21.1.** Contiver vícios insanáveis;
 - **6.21.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;
 - **6.21.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - **6.21.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
 - **6.21.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- **6.22.** No caso de bens e serviços em geral, é **indício** de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração.
 - **6.22.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - **b)** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

CALOLA VO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

6.23. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da

necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências,

para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.24. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus

respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços

elaborada pela administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado

para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao

valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.25. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação

da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo

sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.25.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas

que não alterem a substância das propostas;

6.25.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção

a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do simples

nacional, quando não cabível esse regime.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta

do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido

para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após

definido o resultado do julgamento.

6.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a

ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado,

mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta

permanecer acima do preço máximo definido pela administração.

6.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser

STOLARS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e

anexado aos autos do processo licitatório

6.26.4. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no

prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado

após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos

complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste

edital e já apresentados.

6.26.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de

solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de habilitação.

6.28. É de integral responsabilidade dos licitantes acompanhar o chat da sessão, por

onde serão realizadas todas as formas de comunicação relativas ao andamento da

sessão.

6.28.1. Qualquer eventual prejuízo resultante do não acompanhamento do

chat, é de integral responsabilidade do licitante.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro solicitará ao licitante

provisoriamente classificado em primeiro lugar que vincule os documentos de habilitação

exigidos no edital, em um prazo máximo de 02 (duas) horas, e verificará se atendem às

condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº

14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação,

mediante a consulta aos seguintes cadastros:



- **7.1.1.** Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados); e
- **7.1.2.** Certidões negativas referentes a punições vigentes, mantido pela Controladoria Geral da União (https://certidoes.cgu.gov.br).
- **7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o <u>artigo 12 da Lei nº 8.429, de</u> 1992.
- **7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
 - **7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - **7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - **7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- **7.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- **7.5.** Junto aos demais documentos de habilitação, deve ser anexado o formulário do ANEXO III Dados Para Contato, preenchido.
 - **7.5.1.** A apresentação deste anexo tem o objetivo de acelerar o processo de contratação. Sua apresentação é importante, mas sua ausência não inabilitará a

CV TOLAND

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

concorrente.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de

algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício,

em conformidade com o item4.6. deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido,

o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao

objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação

neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº

73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para

demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para

fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no

País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes,

inicialmente apresentados em tradução livre.

7.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não

funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de

preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660,

de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados

pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.10. HABILITAÇÃO JURÍDICA;

7.10.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro

empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o

estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus



administradores.

7.11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

7.11.1. CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

7.11.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Municipal**, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

7.11.3. Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Municipal;

7.11.4. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Nacional**, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social;

7.11.5. FGTS – Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal;

7.11.6. CNDT –Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).

7.11.7. Para todas as certidões exigidas para fins de habilitação fiscal, serão aceitas "Certidão positiva, com efeito de negativa".

7.12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;



- **7.12.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
- **7.12.2.** Na hipótese da proponente estar em recuperação judicial, possibilitase a apresentação de certidão positiva, com o Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

7.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

- **7.13.1.** Os interessados deverão apresentar, comprovação de aptidão mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, comprovando assim que o mesmo está apto tecnicamente à prestar os serviços objeto deste Termo.
- **7.13.2.** Declaração de que possui em seu quadro de funcionários profissional formado em engenharia mecânica, registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência em manutenção de elevadores, que será o responsável técnico do contrato de manutenção.
- **7.13.3.** A licitante deve apresentar também, a tabela abaixo preenchida e assinada pelo representante legal da empresa:

ITE M	QNT	SERVIÇO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	2	Elevadores Shindler com 2 paradas		
2	2	Elevadores BASS com 3 paradas		
3	2	Elevadores BASS com 4 paradas		



Valor Total	

- **7.14.** Os documentos exigidos acima serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.
- **7.15.** Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.
- **7.16.** Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- **7.17.** Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua emissão.
- **7.18.** Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
- **7.19.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- **7.20.** Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:
 - **7.20.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes

CV TOLAND

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

à época da abertura do certame; e

7.20.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data

de recebimento das propostas;

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá

sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade

jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos,

atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro

examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação,

até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8 - DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou

inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no

art. 165 da lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de

lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de

habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob

pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data

de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

CV TOLAND

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

8.4. O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será de 30 minutos,

podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

8.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão

recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,

nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá

proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes

será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à

defesa de seus interesses.

8.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da

decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de

aproveitamento.

8.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados junto

ao departamento de suprimentos, da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua

Projetada 12, nº 100, Bairro Jardim Metropolitan, no Município de Hortolândia – SP, no

horário das 08:00 às 17:00 horas.

9 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. As infrações e sanções administrativas serão consideradas e aplicadas nos termos

do Decreto Municipal 5.181 de 24 de janeiro de 2023.

SON OLAND

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

9.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a

obrigação de reparação integral dos danos causados.

10 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na

aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis

antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio

eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à

data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma

eletrônica, através do e-mail: <u>licitacao@hortolandia.sp.gov.br</u> ou através do Sistema

BBMNet.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos

no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida

excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do

processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do

certame.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este edital, bem como a licitação regida por ele, poderá ser anulado, suspensos ou

revogados a qualquer tempo, nos termos da Lei federal 14.133/2021.

CV TOLAND

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

11.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a

realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para

o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que

não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública

observarão o horário de Brasília – DF.

11.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas

propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos,

independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o

dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de

expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o

afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os

princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível

aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.

11.11. Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET

OF TOLAND

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.

11.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br Acesso rápido > Licitações.

12 - DOS ANEXOS

- **12.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- **12.2.** ANEXO I Termo de Referência;
 - **12.2.1.** ANEXO A Rotinas de Manutenção.
- **12.3.** ANEXO II Estudo Técnico Preliminar;
- 12.4. ANEXO III Dados Para Contato;
- **12.5.** ANEXO IV Minuta de Termo de Contrato;
- **12.6.** ANEXO V Termo De Ciência E De Notificação.

Hortolândia, 12 de julho de 2024.

Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal



TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em execução de serviços de manutenção de elevadores com o objetivo de realizar manutenções preventiva, corretiva e emergencial, com o fornecimento de peças e acessórios necessários nas unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Hortolândia.

Item	Quant.	Unidade	Cota	Descrição do Item/Serviço	Código Prescon
01	01	Unid	aplica	Contratação de empresa especializada em execução de serviços de manutenção de elevadores com o objetivo de realizar manutenções preventiva, corretiva e emergencial, com o fornecimento de peças e acessórios necessários nas unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Hortolândia	12.3.524

1.2 EQUIPAMENTO E LOCAL DE INSTALAÇÃO

- 1.2.1 A marca e características tecnológicas peculiares do elevador, objeto do presente contrato, são as apresentadas abaixo:
- 02 (dois) elevadores da marca Shindler; Capacidade 675 kg; Número de paradas 2 (duas); correspondente ao térreo e 1º andar; Acionamento automático seletivo na subida e na descida. Instalado no Hortofácil, sito a Rua Argolino de Moraes, 405 e 415 Jd. São Francisco, Hortolândia SP.
- 02 (DOIS) elevadores elétricos para acessibilidade e uso comum 600kg/8Pessoas-3 Paradas Marca Bass Elevadores. no novo Paço Municipal localizado na Av. Sabina Baptista de Camargo, s/nº Novo Ângulo, Hortolândia SP



02 (DOIS) elevadores elétricos para acessibilidade e uso comum 600kg/8Pessoas- 4 Paradas

- Marca Bass Elevadores que serão instalados no novo Paço Municipal localizado na Av. Sabina Baptista de Camargo, s/nº Novo Ângulo, Hortolândia – SP

1.2.2 Os serviços deverão ser executados em datas agendadas, no horário de expediente regular da Prefeitura das 8 h às 16 h. Poderá, ainda, ser prestada fora do expediente regular, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO por meio de notificação oficial. A CONTRATADA deverá, também, atender a chamados de manutenção corretiva fora do expediente regular da Prefeitura, inclusive em fins de semana e feriados, quando houver pessoas presas na cabine

1.3 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.3.1 Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- Às disposições legais da União e dos Governos das Unidades da Federação em que são prestados os serviços;
- Às normas e especificações constantes deste edital;
- Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- Às normas da ABNT, em especial:
- o ABNT NBR NM 207;
- o ABNT NBR NM 267;
- o ABNT NBR NM 313;
- o ABNT NBR 15597;
- o ABNT NBR 16083;
- o ABNT NBR 5462;
- o ABNT ISO 9001;
- o Outras normas relacionadas.
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 1.3.2 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou



alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

- 1.3.3 A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.
- 1.3.4 Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o edital, contrato e documentos vinculados, buscando elucidar junto à FISCALIZAÇÃO, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.
- 1.3.5 A inobservância das especificações técnicas deste edital implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.
- 1.3.6 As normas de segurança constantes deste edital não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inadequados na execução dos serviços.
- 1.3.7 A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos serviços, mediante

comunicação da FISCALIZAÇÃO, sempre que:

- a) Assim estiver previsto e determinado no Instrumento Convocatório ou no Contrato;
- b) For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Instrumento Convocatório e de acordo com as presentes especificações;
- c) Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
- d) A FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar formalmente.
- 1.3.8 Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.
- 1.4. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



- 1.4.1 Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada por ela terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais, peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências da CONTRATADA.
- 1.4.2 As máquinas e os equipamentos que a CONTRATADA levar para o local dos serviços somente poderão ser retirados das dependências da Prefeitura de acordo com as regras e procedimentos internos.
- 1.4.3 Materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.
- 1.4.4 Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas.
- 1.4.5 A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, instalar acessórios que visem melhorar a qualidade dos elevadores ou o aproveitamento do espaço interno. São exemplos de acessórios: intercomunicadores entre a cabine e a recepção do edifício, monitores de propaganda e sistemas de monitoramento remoto. Em todos os casos, a Prefeitura compromete-se a consultar previamente a CONTRATADA para eventual adequação técnica ou contratual.
- 1.4.6 A CONTRATADA deverá fixar nos interiores das cabinas placa, com formatação, modelo e programação visual previamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO, contendo informações como nome da empresa mantenedora e número de telefone da empresa para casos de emergência.
- 1.4.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar endereço de correio eletrônico que servirá de canal de comunicação para envio de documentos, notificações e abertura de chamados, sem eliminar a necessidade de fornecer número de telefone que deverá receber chamados 24 horas por dia, todos os dias do ano.
- 1.4.8 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com fornecimento das peças e serviços eventuais especificação e extensão do fornecimento estabelecidas no Anexo A deste edital.
- 1.5. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA



- 1.5.1 A Manutenção Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente da Prefeitura. A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO por meio de notificação oficial.
- 1.5.2 A CONTRATADA deve apresentar à FISCALIZAÇÃO as rotinas e periodicidades que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e a segurança dos usuários. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- 1.5.3 O plano de manutenção deve ser elaborado por engenheiro mecânico, que deverá ser o responsável técnico pelos serviços e deve ser apresentado à FISCALIZAÇÃO em até 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato.
- 1.5.4 Sempre que for necessário atualizar o plano de manutenção, a CONTRATADA deverá informar e apresentá-lo à FISCALIZAÇÃO.
- 1.5.5 A CONTRATADA deve adaptar o plano de manutenção para que se considerem falhas previsíveis, como aquelas devido ao tempo de uso, deterioração etc.
- 1.5.6 O plano de manutenção deve ser compatível com a instalação para que o tempo de manutenção seja reduzido o máximo possível sem reduzir a segurança das pessoas, para minimizar o tempo não operacional da instalação.
- 1.5.7 No Anexo A deste edital são apresentadas rotinas que poderão ser aplicadas para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e que poderão nortear a elaboração do plano de manutenção por parte da CONTRATADA.
- 1.6. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA
- 1.6.1 A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos elevadores da Prefeitura, ou quando requerida pela FISCALIZAÇÃO.
- 1.6.2 A manutenção corretiva deverá ser executada por meio de abertura de Ordem de Serviço, que pode ser feita por telefone que a CONTRATADA deve disponibilizar à FISCALIZAÇÃO.
- 1.6.3 A CONTRATADA deve prover serviço de resgate de pessoas 24 horas por dia, todos os dias do ano, conforme exigido pela NBR 16083:2012.



- 1.6.4 Os serviços de resgate deverão receber chamados telefônicos da FISCALIZAÇÃO, registrá-los e apresentar em seu relatório de serviços, conforme tratado no item 8 destas especificações.
- 1.6.5 A CONTRATADA deverá, portanto, disponibilizar um número de telefone para abertura de chamados quando do início da prestação dos serviços.
- 1.6.6 A CONTRATADA deve manter registro dos resultados de cada intervenção. Esses registros devem conter:
- Identificação do elevador;
- Identificação do funcionário responsável pela execução dos serviços
- Data e horário de abertura do chamado;
- Data e horário de encerramento/solução do chamado;
- Tempo em indisponibilidade do elevador, considerado a partir da abertura do chamado;
- Informação do status da ocorrência (se o equipamento ficou fora de funcionamento ou não);
- Descrição da ocorrência indicando os itens verificados, as correções realizadas e se houve substituição de peças; e
- Outras informações que a CONTRATADA julgar pertinente.
- 1.6.7 Ao término de cada serviço de manutenção corretiva, o(s) profissional(is) que executaram a atividade, deverá(ão) apresentar o referido registro/ordem de serviço ao responsável indicado pela FISCALIZAÇÃO que deverá receber uma via do documento.
- 1.6.8 Ainda que os reparos não possam ser concluídos no dia da visita/abertura do chamado, seja por falta de peça ou por outra razão qualquer, a CONTRATADA deverá realizar o registro e apresentá-lo ao responsável indicado pela FISCALIZAÇÃO que deverá receber uma via do documento.
- 1.6.9 O atendimento das Ordens de Serviço deve ocorrer dentro dos seguintes limites:
- a) em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o prazo máximo para início de atendimento, após o encaminhamento da Ordem de Serviço, deverá ser de 40 (quarenta) minutos corridos;
- b) nos demais casos, o prazo máximo para início de atendimento deverá ser de 3 (três) horas úteis, contadas a partir do encaminhamento da Ordem de Serviço;



- b.1) o prazo de 3 (três) horas úteis (horas contadas dentro do horário de funcionamento normal, ou seja, em dias úteis entre 8 h e 17 h, interrompendo-se a contagem às 17 h de um dia e reiniciando-se às 8 h do dia útil seguinte);
- b.2) no caso de mais de um elevador de um mesmo prédio encontrar-se parado, ou caso a edificação conte com apenas um elevador, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 2 (duas) horas úteis, contada a partir da abertura da Ordem de Serviço à CONTRATADA.
- c) em qualquer dos casos, a CONTRATADA fica obrigada a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 6 (seis) horas úteis, contadas a partir da comunicação à CONTRATADA.
- d) caso o reparo exija a substituição de peças, o prazo para colocar o elevador em funcionamento será de 18 (dezoito) horas úteis;
- d.1) no caso de mais de um elevador de um mesmo prédio encontrar-se parado, ou caso a edificação conte com apenas um elevador, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 12 (doze) horas úteis, contadas a partir da abertura da Ordem de Serviço à CONTRATADA.
- d.2) em casos excepcionais de avaria de peça de difícil substituição ou aquisição, mediante relatório justificado assinado pelo engenheiro supervisor e aceito pelo fiscal do contrato, o prazo estabelecido poderá ser dilatado para até 10 (dez) dias úteis, contados da abertura do chamado.
- e) decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a Prefeitura autorizada a contratar os serviços de outra empresa, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanção à CONTRATADA.
- 1.6.10 Em casos excepcionais, a FISCALIZAÇÃO solicitará à CONTRATADA que disponibilize um técnico para que fique à disposição, nas dependências da Prefeitura para atendimentos, reparos e resgates. Nesses casos, a FISCALIZAÇÃO notificará a CONTRATADA com antecedência de 2 (dois) dias úteis e informará período e data que o profissional será necessário.

1.7. DA DISPONIBILIDADE DOS ELEVADORES



- 1.7.1 A partir da segunda medição, ou seja, depois de concluída a fase de avaliação dos elevadores, conforme definido no item 8 deste anexo, para fins de medição e pagamento dos serviços mensais prestados pela CONTRATADA, a disponibilidade dos elevadores será admitida como indicador de desempenho.
- 1.7.2 Deverá a CONTRATADA, portanto, providenciar os reparos necessários no primeiro mês de contrato a fim de se evitar indisponibilidades dos elevadores e sanções.
- 1.7.3 A disponibilidade dos elevadores será calculada considerando o número de chamados de manutenção corretiva, o lapso temporal de indisponibilidade dos elevadores, e o tempo de funcionamento dos equipamentos.
- 1.7.4 Para fins de cálculos de desempenho, se admitirá operação dos elevadores por 21 dias úteis por mês, 12 horas por dia (correspondente ao horário de expediente da Prefeitura, isto é, das 8 h às 20 h), totalizando 252 horas mensais.
- 1.7.5 A disponibilidade do elevador deverá ser calculada mensalmente pela fórmula que segue e detalhada no relatório mensal:

 $DISP = (1-HIMC / HUM) \times 100$

Em que:

- DISP (Disponibilidade): a disponibilidade do elevador, dada em porcentagem, em um determinado mês;
- HIMC (Horas indisponível em Manutenções Corretivas): somatório da quantidade mensal de horas úteis de indisponibilidade de cada elevador em razão de manutenções corretivas que não tenham sido causadas por atos de vandalismo, incêndio (desde que não tenha sido originado por falha na manutenção), interrupção do fornecimento de energia ou eventos da natureza (alagamentos, inundações etc.). O tempo em paradas programadas para manutenções preventivas não deve ser considerado neste cálculo. Deve-se considerar, portanto, o lapso temporal entre a comunicação do evento de falha (abertura de chamado) à CONTRATADA até a sua solução.
- HUM (Horas úteis mensais): a quantidade de horas úteis do mês em análise. Considerando se o expediente regular da Prefeitura é das 8 h às 17 h, há 9 horas de operação dos elevadores por dia útil. Então, HUM equivale a multiplicação da quantidade de dias úteis do mês por 9.



- 1.7.6 Reitere-se que o cálculo de disponibilidade apresentado anteriormente apenas considera interrupções de funcionamento decorrente de falhas de manutenção preventiva e preditiva, isto porque despreza falhas ocorridas em razão de atos de vandalismo, ações da natureza, interrupções de fornecimento de energia e incêndio (desde que não ocasionado por falta de manutenção).
- 1.7.7 A tabela abaixo define os níveis de disponibilidade mínimos, considerando o tempo em operação do elevador, desde a sua instalação, e relaciona-os com o percentual que incidirá no valor mensal dos serviços a ser pago à CONTRATADA, que será chamado de Fator de Pagamento Mensal (FPM)

Disponibilidade	Tempo em operação do elevador				
(DISP)	0 a 1 ano	1 a 5 anos	5 a 15 anos	15 a 20 anos	> 20 anos
	Fator de Pagamento Mensal (FPM)				
95% a 100%	100%	100%	100%	100%	100%
90% a 94,9%	95%	95%	95%	95%	95%
85% a 89,9%	90%	90%	90%	90%	90%
75% a 84,9%	85%	85%	85%	85%	85%
55% a 74,9%	65%	65%	65%	65%	65%
50% a 54,9%	50%	50%	50%	50%	50%
< 50%	10%	10%	10%	10%	10%

1.7.8 De acordo com a planilha acima, quando o percentual do valor a ser pago no mês for igual ou inferior a 50% a CONTRATADA deverá apresentar relatório, elaborado pelo engenheiro técnico responsável, justificando o alto índice de indisponibilidade. Caso as justificativas não sejam aceitas por parte da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de sanções.

1.8. DOS RELATÓRIOS

- 1.8.1 Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá realizar vistoria completa das instalações no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato. Nessa oportunidade, deverá se avaliar:
- As condições de segurança dos elevadores, conforme estabelecido nos normativos técnicos
 NBR 15597 ou NBR NM 207 (o que for aplicável);
- As condições de funcionamento dos elevadores, levando em conta tempos de viagens, tempos de abertura e fechamento de porta e conforto dos passageiros;



- A condição de manutenção e segurança dos elementos que compõem o elevador, sua vida útil, expectativa de substituição da peça;
- o Nesse caso, deverão ser considerados o máximo de componentes possível, inclusive estado da casa de máquina, poço, caixa de corrida e cabina, avaliando-se um a um.
- Riscos de segurança, conforme definido pela NBR 16083.
- 1.8.2 Em razão dessa vistoria, deverá ser elaborado relatório técnico descritivo ilustrado fotograficamente, assinado pelo responsável técnico, que deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO e deverá constar:
- Descrição completa dos elevadores, indicando data de instalação, data de modernização (caso tenha sido feita), tipo do elevador (convencional, hidráulico, sem casa de máquinas), marca e modelo, quadro de comando (marca, modelo e tipo), velocidade, capacidade, número de paradas, tamanho da cabina, portas, cabos de aço (quantidade e espessura), operador de porta (marca, modelo e tipo), iluminação, amortecedor (tipo), dimensões do poço, percurso, altura da última parada etc.
- Metodologia empregada para avaliação geral dos elevadores, de cada componente e de riscos;
- Normas técnicas empregadas;
- Resultado da vistoria apontada acima, descrevendo o estado dos componentes, elevadores, funcionalidade, integridade, qualidade, desempenho e segura dos componentes;
- Recomendações quanto à necessidade de execução de reparos, substituições de peças e outros serviços;
- Avaliação de riscos, conforme exigido no item 4.3.2.8 da NBR 16083/2012. A referida avaliação de risco deve seguir o roteiro definido naquela norma, ou aquele definido pela NBR 15597/2010 ou outro estabelecido em normativo técnico específico, como, por exemplo, o da EN ISO 14121-2:2012, anexo B ou ISO 14798;
- Juntamente com a avaliação de risco, a CONTRATADA deverá apresentar informações sobre trabalho necessário a ser realizado para redução/eliminação das falhas de segurança, especialmente de acesso e/ou de condições do ambiente relacionadas à edificação e instalação, conforme estabelecido no item 4.3.3.4 da NBR 16083/2012; e
- Lista de peças sensíveis mais prováveis de terem que ser substituídas durante a vigência do contrato.



- 1.8.3 Esse relatório inicial subsidiará a elaboração do plano de manutenção preventiva dos elevadores.
- 1.8.4 Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar relatório dos serviços executados que deverá apontar, no mínimo:
- Lista de controle (checklist) das atividades previstas no plano de manutenção preventiva, apontando quais foram executadas;
- Consolidação das ordens de serviço do mês (manutenções corretivas) indicando, número de cada chamado, identificando em qual elevador foi feita a manutenção, descrição dos serviços executados, data e hora de abertura de cada chamado, data e hora da conclusão dos serviços de cada chamado, tempo total entre a abertura e fechamento de cada chamado;
- Cálculo de disponibilidade, conforme apontado neste relatório, apontando justificativas que se fizerem necessárias a depender do valor desse índice;
- Cálculo de outros indicadores de desempenho como, tempo médio entre falhas, tempo médio para início de atendimento, tempo médio para reparo (conforme NBR 5462/1994) e outros acordados com a FISCALIZAÇÃO;
- Sugestões e recomendações de segurança e melhoria que se fizerem necessárias;
- Apresentação de resultados de ensaios e testes que se fizerem necessários no período.
- 1.8.5 O relatório mensal dos serviços deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO juntamente com a nota fiscal dos serviços prestados. A FISCALIZAÇÃO não receberá nota fiscal que não vier acompanhada do referido relatório mensal.
- 1.8.6 Juntamente com relatório, deve ser anexada cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica do Engenheiro responsável pelos serviços de manutenção.
- 1.8.7 A CONTRATADA deverá, também, apresentar anualmente um Relatório de Inspeção RIA (Relatório de Inspeção Anual) que, para ser realizado, demandará vistoria do responsável técnico, para realizar inspeção completa dos quesitos de segurança, integridade, funcionamento e outros, conforme normativos técnicos e exigências legais de cada unidade da federação. A vistoria relativa a esse RIA deverá ser realizada em 30 (trinta) dias antes do aniversário do contrato e o relatório deverá ser entregue até o aniversário do contrato.

1.9. DOS PROFISSIONAIS

1.9.1 A CONTRATADA deve realizar as operações de manutenção por meio de profissionais de manutenção competentes, treinados e vinculados à CONTRATADA, providos de



instruções necessárias para realizar de forma segura as operações de requeridas, e deve garantir que os profissionais possuam todas as ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços.

- 1.9.2 A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, quando julgar necessário ou conveniente à boa execução dos serviços contratados.
- 1.9.3 A CONTRATADA deverá apresentar listagem dos profissionais que atenderão a Prefeitura quando da abertura de chamados para manutenção corretiva, quando dos serviços de manutenção preventiva. Na referida lista devem constar os nomes dos profissionais, CPF (Cadastro de Pessoa Física) e ocupação.
- 1.9.4 Os profissionais técnicos que atuarão junto a Prefeitura para execução dos serviços de manutenção deverão ter concluído o ensino médio em instituição reconhecida pelo MEC e possuir curso técnico ou de profissionalização de técnico em eletromecânica. Tais qualificações deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificados e/ou diplomas. 1.9.5 Além disso, desses profissionais técnicos, será exigida experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de manutenção de elevadores. A experiência dos profissionais deverá ser comprovada mediante apresentação da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), ou documento equivalente, ou ainda, outra declaração válida emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 1.9.6 Além dos profissionais de nível médio, a CONTRATADA deverá contar com profissional formado em engenharia mecânica, registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência em manutenção de elevadores, que será o responsável técnico do contrato de manutenção. A experiência do profissional deverá ser comprovada mediante apresentação da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), ou documento equivalente, ou ainda, outra declaração válida emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado. O registro no CREA deverá ser comprovado por meio de declaração daquele Conselho ou por meio da apresentação de carteira do profissional emitida pelo CREA da região.
- 1.9.7 A comprovação da capacitação e da experiência dos profissionais deve ser apresentada juntamente com a listagem supramencionada em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.



- 1.9.8 Sempre que houver mudança na equipe que atende a prefeitura, a CONTRATADA deverá informar à FISCALIZAÇÃO, e deve encaminhar a documentação e comprovação exigida, caso contrário, os funcionários não informados na listagem poderão ter seu acesso negado às dependências da Prefeitura.
- 1.9.9 A CONTRATADA deve cuidar para que os profissionais indicados para a prestação dos serviços apresentem-se trajando uniformes sempre limpos e com identificação da empresa, bem como deve fornecer todos os equipamentos de proteção individual e coletivo para garantir a segurança do funcionário.
- 1.9.10 A CONTRATADA deve prover os funcionários com todas as ferramentas necessárias para execução dos serviços contratados, que devem ser de boa qualidade e devem estar em bom estado. Não se admitirá serviços paliativos em razão de falta do ferramental adequado ou aplicação de ferramenta inadequada ao serviço.
- 1.9.11 A CONTRATADA deverá garantir o transporte do funcionário até as dependências da contratada.

1.10. DO REGISTRO DAS INFORMAÇÕES E ACOMPANHAMENTO

- 1.10.1 A CONTRATADA deverá manter sistema informatizado com registro de todas as informações acerca do contrato no que diz respeito ao registro dos equipamentos, com suas características técnicas e funcionais, programa de manutenção preventiva e, também, deve ser capaz de registrar as ocorrências relativas ao contrato, em especial, aquelas relativas às de manutenção corretiva.
- 1.10.2 Idealmente o sistema deverá ser capaz de informar, de acordo com o plano de manutenção preventiva, os serviços a serem executados quando forem necessários, uma vez que deixar de executar atividades previstas no plano de manutenção preventiva ou executála em atraso é causa para aplicação de sanção.
- 1.10.3 Essas informações deverão subsidiar a elaboração do relatório e cálculos dos indicadores exigidos neste edital, nos itens 8 e 9 das especificações técnicas.
- 1.10.4 Para fins de acompanhamento, a CONTRATADA deverá, ainda, apresentar, sempre que realizar atividades in loco, uma cópia da ordem de serviço com o registro das informações da ocorrência.
- 1.10.5 Nessa ordem de serviço devem estar relacionados, no mínimo, os seguintes itens:
- Seu número;



- Nome do profissional que está executando os serviços;
- Data e hora da abertura do chamado;
- Data e hora da chegada do técnico ao local dos serviços;
- Data e hora da conclusão dos serviços (recuperação do funcionamento do elevador);
- Descrição das atividades executadas;
- Peças substituídas;
- Assinatura do profissional.
- 1.10.6 A CONTRATADA poderá ser sancionada com multa caso não apresente a documentação supramencionada a cada atendimento.
- 1.11. PEÇAS PARA REPOSIÇÃO
- 1.11.1 Inversor/Variador de frequência do Quadro de Comando para elevadores até 8 passageiros.
- 1.11.1.1 Elemento responsável pelo controle de voltagem e frequência da operação da máquina de tração de elevadores, que permite ajustes na velocidade para acelerações e desacelerações. Deve seguir as características funcionais e de programação do equipamento existente a ser substituído. Elemento deve ser compatível com quadro de comando e demais características funcionais do elevador sem perda de conforto, segurança e funcionalidade ao elevador.
- 1.11.2 Inversor/Variador de frequência do Operador de Porta
- 1.11.2.1 Elemento responsável pelo controle da atuação do motor do operador de porta, regulando sua voltagem e frequência de forma a garantir abertura e fechamento das portas de forma suave. Elemento deve ser compatível com o operador de porta existente e deve garantir as características funcionais do elevador sem perda de conforto, segurança e funcionalidades do elevador.
- 1.11.3 Motor de Tração para elevadores até 8 passageiros
- 1.11.3.1 Conjunto responsável pela movimentação completa dos elevadores, bem como sustentação do conjunto cabina e contrapeso. Deve ser compatível com o sistema existente e fornecido com todos os acessórios e características do elemento danificado. Conjunto deve ser totalmente compatível com o sistema existente, sem que haja prejuízo,

segurança de conforto e funcionalidade dos elevadores.

1.11.4. Operador de Porta Completo



- 1.11.4.1 Sistema completo de operação de porta para elevadores que garanta abertura e fechamento das portas de cabina e pavimento de forma sincronizada, podendo ser de abertura lateral ou central, conforme características funcionais dos elevadores, dotados de elementos que garantam suavidade, conforto e precisão, tal qual variador de frequência, rampas e outros que se façam necessários. Sistema deve ser totalmente compatível com o existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.5 Régua de Segurança/Feixe de infravermelho
- 1.11.5.1 Cortina de proteção baseada em feixes de raios infravermelho capaz de acionar sistema para interrupção do fechamento das portas de cabina e pavimento enquanto houver algo ou alguém obstaculizando feixes e, por consequência, a porta. Deve atender aos normativos técnicos com relação a dimensões e outras características. Elemento deve ser totalmente compatível com o existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.6 IPD Indicador de Posição e Deslocamento
- 1.11.6.1 Elemento que indica de forma visual e sonora a posição dos elevadores, bem como seu deslocamento, interno e externo à cabina. Deve atender aos requisitos de acessibilidade estabelecidos em normativos técnicos, tal qual a NBR NM 313. Elemento deve ser totalmente compatível com o existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.7 Acolchoado cabina até 8 pessoas
- 1.11.7.1 Lonado resistente, com características de resistência à tração urdume de 140 kgf / 5 cm e trama de 95 kgf / 5 cm. Deve ser repelente à água (80 cm de coluna de água de pressão hidrostática. Deve ser fornecido nas medidas do elevador de forma a garantir perfeita fixação nos elementos da cabina, permitindo acesso ao painel de controle, sem obstrução dos botões, indicadores e outros pontos importantes do elevador. Deve ser fornecido em tons escuros (azul, verde ou marrom). Elemento deve ser totalmente compatível com o existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.8 Ventilador de Cabina
- 1.11.8.1 Equipamento que permite a renovação e circulação de ar na cabina, que deve ser silencioso, capaz realizar as trocas de ar necessárias, em conformidade com normativos



técnicos vigentes. Elemento deve ser totalmente compatível com o existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.

- 1.11.9 Placa de Controle Principal até 8 pessoas
- 1.11.9.1 Placa principal do quadro de comando capaz de gerenciar as operações, programações, configurações, ajustes dos elevadores. Elemento deve ser totalmente compatível com o existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.10. Placa(s) de Controle Auxiliar
- 1.11.10.1 Placa(s) de que trabalha(m) em apoio à placa de controle principal, atuando em regulação de tensão, controle de subsistemas, como controle de tráfego, chamada, freio ou quaisquer outros que operem no elevador. Elemento deve ser totalmente compatível com o existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.11 Cabo de aço de movimentação de elevador até 8 passageiros
- 1.11.11.1 Cabos de aço novos em diâmetro e dimensões adequadas para elevadores de capacidade até 8 passageiros, que esteja em conformidade com todos os normativos técnicos específicos vigentes, compatíveis para a substituição do existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.12 Cabo de aço de limitador de velocidade
- 1.11.12.1 Cabos de aço novos em diâmetro e dimensões adequadas para limitador de velocidade de elevadores de velocidade, que esteja em conformidade com todos os normativos técnicos específicos vigentes, compatíveis para a substituição do existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.13 Limitador de Velocidade de 46 m/min a 60m/min
- 1.11.13.1 Conjunto completo de limitador de velocidade para elevador de velocidade de 46 m / min a 60 m / min, com elementos de segurança, contatos eletroeletrônicos, e demais elementos necessários, estabelecidos em normativos técnicos, bem como acessórios para garantir seu funcionamento. Elemento deve ser totalmente compatível com o existente, sem que haja prejuízo de conforto, segurança e funcionalidade dos elevadores.
- 1.11.14 Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.



- 1.11.15 Qualquer serviço prestado deverá seguir os padrões de qualidade estabelecidos neste Edital e acordado com a FISCALIZAÇÃO.
- 1.11.16 A critério da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.
- 1.11.17 Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais e peças ou de certificados de ensaios relativos aos materiais e peças, comprovando a qualidade dos que forem empregados nos serviços.
- 1.11.18 Os materiais a serem empregados devem ser de ótima qualidade, sendo que a FISCALIZAÇÃO poderá recusar aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.
- 1.11.19 A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os materiais, as peças, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.
- 1.11.20 Os equipamentos deverão obedecer às mesmas tensões e frequências de funcionamento monofásicas (220 V ou 110 V) ou trifásicas (440 V, 380 V ou 220 V) dos elevadores. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários para o perfeito funcionamento.
- 1.11.21 Todos os serviços eventuais, peças e equipamentos não contemplados neste anexo ou detalhados na planilha de preços, bem como insumos, deverão estar incluídos nos custos unitários da manutenção mensal dos elevadores.
- 1.11.22 A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, colas, adesivos, massa epóxi, solda, tinta, pilhas, baterias, fusíveis, materiais de escritório, anilhas, conector terminal, abraçadeiras, parafusos, arruelas, pregos, pinceis, óleos, graxas e quaisquer outros necessários à execução dos serviços.



- 1.11.23 As peças substituídas deverão ter garantia de, no mínimo, 1 (um) ano, contado da data da reposição da peça. Caso a peça que substituiu a defeituosa apresente falha no período, essa deverá ser substituída ou reparada e o prazo de garantia será reiniciado.
- 1.11.24 Os serviços eventuais deverão ter garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua conclusão ou entrega. Em caso de ocorrência da necessidade que enseje o refazimento dos mesmos serviços, esses deverão ocorrer às expensas da CONTRATADA e o prazo de garantia deverá ser recontado a partir da nova entrega ou conclusão dos serviços.

1.12. SERVIÇOS EVENTUAIS

- 1.12.1 Reparo eletromecânico em motor de mecanismo de porta (rebobinamento)
- 1.12.2 Serviço de reparo em motor eletromecânico de forma a recuperar o funcionamento de motor de mecanismo de porta, em que deverão ser refeitos o rebobinamento, substituição de rolamentos, vedação da caixa de ligações, limpeza geral, testes para controle de qualidade, remoção de bobinas, isolação das ranhuras, impregnação com verniz e colocação em estufa, inspeções dimensionais do eixo e eventuais retificações no eixo.
- 1.12.3 Reparo eletromecânico em Motor de elevador até 8 pessoas (rebobinamento)
- 1.12.4 Serviço de reparo em motor eletromecânico de forma a recuperar o funcionamento de motor de mecanismo de porta, em que deverão ser refeitos o rebobinamento, substituição de rolamentos, vedação da caixa de ligações, limpeza geral, testes para controle de qualidade, remoção de bobinas, isolação das ranhuras, impregnação com verniz e colocação em estufa, inspeções dimensionais do eixo e eventuais retificações no eixo.
- 1.12.5 Reparo eletromecânico em motor de elevador de 9 pessoas a 13 pessoas (rebobinamento)
- 1.12.6 Serviço de reparo em motor eletromecânico de forma a recuperar o funcionamento de motor de mecanismo de porta, em que deverão ser refeitos o rebobinamento, substituição de rolamentos, vedação da caixa de ligações, limpeza geral, testes para controle de qualidade, remoção de bobinas, isolação das ranhuras, impregnação com verniz e colocação em estufa, inspeções dimensionais do eixo e eventuais retificações no eixo.
- 1.12.7 Reparo eletromecânico em motor de elevador de 14 pessoas ou mais (rebobinamento)
- 1.12.8 Serviço de reparo em motor eletromecânico de forma a recuperar o funcionamento de motor de mecanismo de porta, em que deverão ser refeitos o rebobinamento, substituição de



rolamentos, vedação da caixa de ligações, limpeza geral, testes para controle de qualidade, remoção de bobinas, isolação das ranhuras, impregnação com verniz e colocação em estufa, inspeções dimensionais do eixo e eventuais retificações no eixo.

- 1.12.9 Serviços de acompanhamento de funcionamento
- 1.12.10 Serviço de acompanhamento do funcionamento dos elevadores, para solução imediata de eventuais problemas ou efetuar resgates. Será previamente agendado com a FISCALIZAÇÃO.
- 1.12.11 Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
- 1.12.12 Examinar as Carteiras Profissionais dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;
- 1.12.13 Executar mensalmente a medição dos serviços efetivamente prestados;
- 1.12.14 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da Contratada, exigirse-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 1.12.15 Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
- 1.12.16 Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
- 1.12.17 Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- 1.12.18 Fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação quando cabível;
- 1.12.19 Pagamento do 13º salário;
- 1.12.20 Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- 1.12.21 Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- 1.12.22 Eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- 1.12.23 Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;
- 1.12.24 Os recolhimentos das contribuições ao INSS;



- 1.12.25 Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).
- 1.12.26 A contratada deverá fornecer ao gestor do contrato cópia de comprovante de entrega de EPIs.

2 – JUSTIFICATIVA

- 2.1 Elaboramos o presente Memorial Descritivo para que seja efetuada a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de manutenção de elevadores com o objetivo de realizar manutenções preventiva mensal, corretiva e emergencial, juntamente com as trocas de peças e acessórios necessários nos elevadores de passageiros, uma vez que a Prefeitura não possui mão de obra para a realização desse serviço.
- 2.2 As descrições contidas neste Memorial Descritivo buscam dar aos interessados na prestação dos serviços subsídios à elaboração de suas propostas e delinear o método executivo, preço estimado dos serviços, bem como as exigências quanto a qualidade da execução dos serviços.

3 - COTA AMPLA/RESERVADA

Não se aplica

4. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

A contratação terá a vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme lei vigente.

5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No exercício de 2024 as despesas deverão ocorrer conforme cronograma anexo.

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O Gestor do Contrato, ao final de cada serviço prestado pela CONTRATADA, deverá proceder a verificação do registro da Ordem de Serviço (OS) correspondente e constatar o pleno e seguro funcionamento do elevador. Somente após a constatação da normalidade



deverá ser aceita e assinada a OS do serviço prestado. Deverá ser encaminhado relatório de medição junto a nota para pagamento.

6.2 O pagamento será efetuado 10 (dez) dias fora a dezena, após ateste da Nota Fiscal.

7 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor valor global.

8 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA.

8.1 Os interessados deverão apresentar, comprovação de aptidão mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, comprovando assim que o mesmo está apto tecnicamente à prestar os serviços objeto deste Termo.

8.2 Declaração de que possui em seu quadro de funcionários profissional formado em engenharia mecânica, registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência em manutenção de elevadores, que será o responsável técnico do contrato de manutenção, conforme item 10.6.

9 – VISITA TÉCNICA

"NÃO SE APLICA"

10 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

"NÃO SE APLICA"

11 – PROVA DE CONCEITO

"NÃO SE APLICA"

12 – CONSÓRCIO

Não será permitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto é comum.



13 – SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação, devido a natureza do objeto.

14 – LONGITUDE E LATITUDE DO LOCAL QUE OCORRERÁ A OBRA

"NÃO SE APLICA"

15. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a. Proporcionar todas as facilidades necessárias de acesso aos locais de instalação e necessários à boa execução dos serviços, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Gestor de Contrato e/ou endereço de cobrança.
- b. Permitir livre acesso às instalações, quando solicitada pela CONTRATADA ou pelos seus empregados em serviço.
- c. Manter o quadro elétrico, seu acesso, e demais dependências correlatas aos equipamentos, livres e desimpedidas, não permitindo depósito de materiais estranhos à sua finalidade, bem como penetração e/ou infiltração de água (NBR 7192).
- d. Impedir o ingresso e o acesso de terceiros nas instalações do quadro elétrico, que deverão ser mantidos sempre fechados, bem como a intervenção de pessoas estranhas à CONTRATADA, a qualquer parte das instalações do elevador (NBR 7192), especialmente quanto à abertura das portas de pavimentos (elevador).
- e. Interromper o funcionamento do elevador, quando apresentar irregularidades e comunicar o fato, imediatamente, à CONTRATADA.
- f. Fazer cumprir as recomendações da CONTRATADA no que se refere às condições do uso correto e seguro do elevador divulgando, orientando e fiscalizando procedimentos.
- g. O Gestor do Contrato poderá, mediante prévia comunicação, modificar os horários e dias estabelecidos para todo ou parte dos serviços, ou se for conveniente aceitar proposta da CONTRATADA.
- h. Tipos de vistoria.



- a. **Verificar a qualidade**: tem como objetivo acompanhar o andamento dos serviços de manutenção e a troca de peças ou componentes, quando for o caso, para garantir o restabelecimento das funcionalidades e segurança exigidas ao elevador.
- b. **Avaliação do andamento dos serviços**: tem como objetivo identificar marcos dos serviços em execução, para aferir o ajuste entre a execução e a programação estabelecida.
- c. **Recebimento**: é um caso especial, que conjuga características anteriores, mas ultrapassa-as ao considerar também as obrigações contratuais de prazo e atendimento.
- i. Fiscalizar a qualidade dos serviços realizados, atestar a compatibilidade entre as entregas (OS) e as especificações, solicitar medidas administrativas que sejam necessárias para garantir o bom suprimento dos serviços, aprovar os comprovantes de qualidade, exigir proteções, precauções e medidas de segurança, rejeitar materiais depositados ou serviços maus realizados, e outros atos de mesmo teor que possam interferir na qualidade e o bom andamento dos trabalhos.
- j. Analisar e, se for o caso, contratar em processo específico e a parte deste contrato, qualquer proposta de atualizações, modificações técnicas e reformas recomendadas feitas pela CONTRATADA, desde que devidamente justificadas.
- k. Acompanhar e verificar os serviços de cada atendimento de manutenção (seja ele preventivo, corretivo ou emergencial) e, se aceito, assinar a OS correspondente ao serviço. Caso haja a necessidade de ajustes ou correções, o Gestor do Contrato deverá comunicar, por escrito, à CONTRATADA, para que sejam imediatamente providenciados os ajustes ou correções.
- 1. Conferir mensalmente os serviços Relatados e faturados pela CONTRATADA, propondo correções imediatas se for constatadas não conformidades no faturamento, e assim que regularizada as não conformidades, atestar a cobrança dos serviços.
- m. A Ordem de Serviço (O.S.), depois de aceita e assinada pelo Gestor da Contratante, deve ser encaminhado à CONTRATADA para efeitos de emissão da Nota Fiscal Fatura dos Serviços Executados no período, para o processamento do pagamento correspondente.
- n. O Gestor do Contrato deverá avaliar e comunicar por escrito à CONTRATADA em até 05 dias (cinco) do recebimento do relatório, não conformidades para ajustes e correções, ou, se aceito e aprovado, a sua aprovação para efeitos de emissão da Nota Fiscal Fatura dos Serviços pela CONTRATADA.



16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- a. A CONTRATADA deverá realizar os serviços, ordinariamente durante o horário de expediente da Administração, ou seja, de 8H00 as 17H00 e, extraordinariamente, fora do expediente de serviço, finais de semana e feriados desde que acordados entre as partes ficando estabelecido que nestes casos, não haverá ônus adicionais à CONTRATANTE.
- b. Comunicar ao Gestor do Contrato, imediatamente, ou com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando houver necessidade de trabalhos fora do horário normal de expediente ou em finais de semana ou feriados, informando o nome completo e o RG dos funcionários que realizarão o serviço e também, se houver veículos envolvidos, informar a marca, modelo, cor e as placas do veículo, assim como o nome completo e o RG do motorista.
- c. É da responsabilidade da CONTRATADA, comunicar por escrito, imediatamente à CONTRATANTE, sempre que identificar a necessidade de troca de peças, partes ou componentes que apresentem desgaste ou defeito, de maneira minuciosa e justificativa técnica da necessidade da troca proposta.
- d. Todos os componentes, partes ou peças substituídas pela CONTRATADA, na vigência do contrato, devem ser sucateadas e para que esta proceda ao descarte adequado.
- e. É da responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, além de toda a mão de obra técnica habilitada e especializada, das ferramentas, equipamentos de proteção individual e de proteção coletiva, uniformes, produtos de limpeza e lubrificantes, óleos e graxas, lâmpadas e "led's" de sinalização, fusíveis de comando, placas e teclas "braile" do elevador e dos andares e outros que sejam necessários ao restabelecimento da normalidade e segurança de funcionamento do elevador, bem como, fornecer e repor, sempre que necessário, todas placas de advertências pertinentes às leis regulamentares para equipamentos tipo elevador de pessoas, respeitando, para tanto, as recomendações das leis municipais, estaduais e federais, sem ônus adicionais à CONTRATANTE.
- f. São vedadas, terminantemente, à CONTRATADA as improvisações, adaptações ou medidas protelatórias que possam comprometer a segurança, a funcionalidade e a utilização do elevador mantido por este contrato.



- g. Disponibilizar meios de comunicação e/ ou números de telefone de atendimento para o registro de chamadas comuns e emergenciais, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por 7 (sete) dias na semana, inclusive com atendimento em sábados, domingos e feriados, cujo atendimento ocorrerá sem ônus adicionais à CONTRATANTE.
- h. Também deverá ser disponibilizado (s) endereço(s) eletrônico(s) (e-mail) ou número de fax, para o registro de comunicações referentes a este contrato, bem como para o eventual registro de chamados, sugestões e/ou reclamações durante a vigência da cobertura contratual.
- i. Possuir e disponibilizar equipe de plantão, em regime de 24 (vinte e quatro) horas, para o atendimento de casos de emergência, visando à eliminação imediata de eventuais panes que o equipamento venha a apresentar.
- j. Fornecer como protocolo o número do chamado aberto e registrado na central de atendimento da CONTRATADA, que deverá constar em campo próprio da Ordem de Serviço (OS) de atendimento da manutenção (corretiva ou emergencial) solicitada pela CONTRATANTE.
- k. Manter seus funcionários durante a prestação dos serviços sempre uniformizados e identificados com crachá, contendo foto recente, nome completo e número de registro em lugar visível e de fácil identificação.
- l. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios da sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.
- m. Garantir que seus funcionários mantenham sempre limpos e seguros os locais de trabalho.
- n. Desenvolver e planejar a execução dos trabalhos de forma a não interferir na realização de serviços por outros prestadores.
- o. A CONTRATADA deverá responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade diante da fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.
- p. A CONTRATADA é responsável pela prevenção de acidentes e pela segurança das atividades de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram, rigorosamente, os regulamentos e determinações de segurança



vigentes, bem como tomando ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias correspondentes.

17 – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Os objetos descritos neste termo de referência não conduzem às marcas e/ou fornecedores, portanto a definição dos produtos licitados é precisa, suficiente e clara, de modo que não são definições excessivas, irrelevantes, subjetivas ou desnecessárias e não limitam a competição. A empresa deverá apresentar a proposta conforme modelo abaixo:

ITE	QNT	SERVIÇO	VALOR	VALOR ANUAL
M	QNI	SERVIÇO	MENSAL	VALOR ANUAL
1	2	Elevadores Shindler com 2 paradas		
2	2	Elevadores BASS com 3 paradas		
3	2	Elevadores BASS com 4 paradas		
Valor T	otal			



ANEXO A

ROTINAS DE MANUTENÇÃO

SUGESTÃO DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A lista de atividades apresentada a seguir está alinhada com as verificações típicas sugeridas no normativo da ABNT NBR 16083:2012 e servirá de guia para elaboração do plano de manutenção preventiva, que deverá ser providenciado do engenheiro técnico responsável e submetido à FISCALIZAÇÃO.

ELEVADORES ELÉTRICOS

Geral

- Verificar se todos os componentes estão limpos e livres de pó ou corrosão. (Mensal)
 Área do poço
- Verificar se há excesso de óleo e graxa nas extremidades das guias; (Mensal)
- Verificar se a área do poço está limpa, seca e livre de detritos. (Mensal)

Dispositivo anti-pulo da polia dos cabos de compensação

- Verificar se o movimento e a operação estão livres; (Mensal)
- Verificar a tensão igual dos cabos; (Trimestral)
- Verificar os contatos elétricos; mensal
- Verificar a lubrificação. mensal

Para-choques

- Verificar o nível do óleo; mensal
- Verificar a lubrificação; mensal
- Verificar o contato elétrico; mensal
- Verificar as fixações; mensal
- Verificar o aspecto geral; mensal
- Verificar a operação. Semestral

Motor de acionamento e gerador

- Verificar o desgaste dos mancais; mensal
- Verificar a lubrificação; mensal
- Verificar a condição do comutador e das escovas; anual
- Verificar as correias; bimestral



- Verificar a ventilação forçada; semestral
- Verificar os eixos, principalmente os de três pontos de apoio, quanto à existência de

Trincas; anual

Caixa de engrenagem (redutor)

- Verificar o desgaste da engrenagem; anual
- Verificar as folgas; anual
- Verificar os vazamentos; mensal
- Verificar a lubrificação e nível de óleo; mensal
- Verificar os eixos, principalmente os de três pontos de apoio, quanto à existência de trincas. Anual

Polia de tração (motriz) e polias de desvio de cabos de suspensão

- Verificar a condição e desgaste das ranhuras; anual
- Verificar se há ruído anormal e/ou vibração nos mancais; mensal
- Verificar proteções; mensal
- Verificar lubrificação; mensal
- Verificar eixos, principalmente os de três pontos de apoio, quanto à existência de trincas. Anual

Freio eletromecânico

- Verificar o sistema de frenagem; semestral
- Verificar o desgaste das partes; mensal
- Verificar a exatidão da parada; mensal
- Verificar os contatos elétricos. Mensal

Painel de Comando (controle)

- Verificar se o painel está limpo, seco e livre de pó. Mensal

Limitador de velocidade, polia tensora e cabo do limitador

- Verificar o desgaste das partes móveis e se há movimento livre; trimestral
- Verificar a operação; mensal
- Verificar os contatos elétricos; mensal
- Verificar o lacre de calibração do limitador; mensal
- Verificar as condições gerais do cabo; mensal
- Verificar a altura da polia tensora; mensal



- Verificar as fixações; mensal

Guias do carro e do contrapeso

- Verificar a lubrificação (onde necessário); mensal
- Verificar fixação; mensal
- Verificar a condição geral; mensal

Corrediças do carro e do contrapeso

- Verificar o desgaste; mensal
- Verificar a fixação; mensal
- Verificar a lubrificação (onde necessário); mensal

Fiação elétrica

- Verificar as conexões; mensal
- Verificar o aspecto geral; mensal
- Verificar as identificações; mensal

Carro do elevador

- Verificar os botões de operação, interruptores e sinalizações; mensal
- Verificar os avisos e instruções de operação; mensal
- Verificar a fixação e o aspecto geral dos painéis, teto e acessórios; mensal
- Verificar a iluminação da cabina; mensal
- Verificar a botoeira de inspeção no topo da cabina; mensal
- Verificar o dispositivo pesador de carga (onde necessário). Mensal

Freio de segurança e meios de proteção de velocidade de carro ascendente

- Verificar o desgaste e se as partes móveis estão livres para movimento; anual
- Verificar a lubrificação; mensal
- Verificar a fixação; mensal
- Verificar a operação; mensal
- Verificar os contatos elétricos; mensal

Cabos de tração, correntes e/ou cabos de compensação

- Verificar o aspecto geral; mensal
- Verificar a fixação; mensal

Portas de pavimento

- Verificar o travamento das portas de pavimento; mensal



- Verificar se as portas correm livremente; mensal
- Verificar as guias das portas; bimestral
- Verificar as folgas das portas; bimestral
- Verificar a integridade da suspensão; bimestral
- Verificar o fechamento autônomo; bimestral
- Verificar o dispositivo de destravamento de porta; bimestral
- Verificar os contatos elétricos; mensal
- Verificar a lubrificação; mensal

Portas da cabina

- Verificar o travamento das portas da cabina; mensal
- Verificar se as portas correm livremente; mensal
- Verificar as guias das portas; bimestral
- Verificar as folgas das portas; bimestral
- Verificar a integridade da suspensão; bimestral
- Verificar o funcionamento do operador de portas; bimestral
- Verificar os dispositivos de proteção durante a operação das portas; bimestral
- Verificar a lubrificação; mensal

Nivelamento

- Verificar a exatidão da parada; mensal

Limitador de percurso final

- Verificar a operação. Semestral

Limitador de tempo de funcionamento do motor

- Verificar operação; semestral

Dispositivos elétricos de segurança

- Verificar a operação; trimestral
- Verificar a linha de segurança; trimestral
- Verificar se os fusíveis e disjuntores são os especificados; trimestral

Dispositivos de alarme e emergência

- Verificar a operação do intercomunicador; semestral
- Verificar a operação do botão e a sinalização do alarme; semestral
- Verificar a operação de iluminação de emergência na cabina; semestral



- Verificar a operação do botão de emergência no fundo do poço; anual
- Verificar a operação do dispositivo de operação de emergência em caso de incêndio (onde necessário); anual
- Verificar a operação do sistema de resgate; anual

Botoeiras de pavimento e sinalização

- Verificar a operação da botoeira; mensal
- Verificar a operação da sinalização; mensal

Iluminação da caixa

- Verificar operação (onde existente); mensal

Portas de inspeção e de emergência

- Verificar o travamento; mensal
- Verificar a operação do contato elétrico de segurança. Mensal

ELEVADORES HIDRÁULICOS

Item Atividade Frequência

Geral - Verificar se todos os componentes estão

limpos e livres de pó ou corrosão.

Mensal

Área do poço

- Verificar se há excesso de óleo e graxa nas
- extremidades das guias;
- Verificar se a área do poço está limpa, seca
- e livre de detritos.

Para-choques

- Verificar o nível do óleo;

Mensal

- Verificar a lubrificação;
- Verificar o contato elétrico;
- Verificar as fixações;
- Verificar o aspecto geral;
- Verificar a operação. Semestral



Reservatório de óleo

- Verificar o nível do fluido hidráulico;

Bimestral - Verificar o vazamento no tanque e na unidade da válvula.

Pistão - Verificar o vazamento de óleo. Mensal

Pistão Telescópico - Verificar sincronização;

- Verificar o vazamento de óleo.

Painel de Comando (controle) - Verificar se o painel está limpo, seco e livre

de pó. Mensal

Limitador de velocidade, polia

tensora e cabo do limitador

- Verificar o desgaste das partes móveis e se

há movimento livre; trimestral

- Verificar a operação;

Mensal

- Verificar os contatos elétricos;
- Verificar o lacre de calibração do limitador;
- Verificar as condições gerais do cabo;
- Verificar a altura da polia tensora; Mensal Verificar as fixações.

Polia de Suspensão

- Verificar a condição e desgaste das

ranhuras;

Bimestral - Verificar se há ruído anormal e/ou

vibração nos mancais;

- Verificar as proteções;
- Verificar a lubrificação.

Guias do carro e do contrapeso

- Verificar a lubrificação (onde necessário);

Mensal

- Verificar fixação;
- Verificar a condição geral.



Corrediças do carro e do

contrapeso

- Verificar o desgaste;
- Verificar a fixação;
- Verificar a lubrificação (onde necessário).

Fiação elétrica

- Verificar as conexões;
- Verificar o aspecto geral; mensal
- Verificar as identificações.

Carro do elevador

- Verificar os botões de operação,

interruptores e sinalizações;

Mensal

- Verificar os avisos e instruções de operação;
- Verificar a fixação e o aspecto geral dos painéis, teto e acessórios;
- Verificar a iluminação da cabina;
- Verificar a botoeira de inspeção no topo da cabina; Mensal Verificar o dispositivo pesador de carga

(onde necessário).

Freio de segurança e meios de proteção de sobrevelocidade de carro ascendente

- Verificar o desgaste e se as partes móveis estão livres para movimento; anual
- Verificar a lubrificação;

Mensal - Verificar a fixação;

- Verificar a operação;
- Verificar os contatos elétricos;

Cabos de suspensão

- Verificar o aspecto geral; mensal



- Verificar o desgaste, o alongamento e a tensão;

Semestral

- Verificar a lubrificação (onde necessário). Mensal

Terminação dos cabos - Verificar o aspecto geral; Mensal - Verificar fixação.

Portas de pavimento

- Verificar o travamento das portas de

pavimento; mensal

- Verificar se as portas correm livremente;

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de manutenção de

elevadores com o objetivo de realizar manutenções preventiva mensal, corretiva e emergencial, com

o fornecimento de peças e acessórios necessários nas unidades pertencentes à Prefeitura Municipal

de Hortolândia.

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Trata o presente estudo sobre a análise da demanda apresentada para contratação de empresa

especializada em execução de serviços de manutenção de elevadores com o objetivo de realizar

manutenções preventiva mensal, corretiva e emergencial, com o fornecimento de peças e acessórios

necessários nas unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Hortolândia.

A contratação destes serviços é justificável pela necessidade de manutenção de 6 (seis) elevadores

sendo:

- 02 (dois) elevadores da marca Shindler; Capacidade 675 kg; Número de paradas 2 (duas);

correspondente ao térreo e 1º andar; Acionamento automático seletivo na subida e na descida.

Instalado no Hortofácil, sito a Rua Argolino de Moraes, 405 e 415 – Jd. São Francisco, Hortolândia

SP.

- 02 (DOIS) elevadores elétricos para acessibilidade e uso comum 600kg/8Pessoas-3 Paradas -

Marca Bass Elevadores e 02 (DOIS) elevadores elétricos para acessibilidade e uso comum

600kg/8Pessoas- 4Paradas - Marca Bass Elevadores que serão instalados no novo Paço Municipal

localizado na Av. Sabina Baptista de Camargo, s/nº Novo Ângulo, Hortolândia – SP

São muitos pontos a serem observados e é preciso garantir que o equipamento funcione de acordo e

ofereça segurança aos passageiros.

2- AREA REQUISITANTES

Secretaria de Administração

3 - DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação está prevista e alinhada ao Planejamento da Administração em recursos

previsto na LDO.



4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto será prestado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

Entendemos, portanto, que a contratação de manutenção corretiva e preventiva dos elevadores, incluindo fornecimento de peças e acessórios necessários, objeto de contratação previsto neste instrumento, atende os requisitos da Legislação em vigor, bem como atende as necessidades da Prefeitura garantindo a acessibilidade e segurança dos usuários.

5 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados nas cotações realizada no mercado nacional com empresas do ramo de serviços pretendidos.

Os quantitativos descritos abaixo são para uma demanda de 12 meses.

Qtd	Descrição
2	Elevador Atlas Schindler 2 paradas
2	Elevador BASS elétricos 3 paradas
2	Elevador BASS elétricos 4 paradas

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após levantamento realizado em todos os órgãos que compõem a Administração Pública do o Município de Hortolândia, chegou-se à conclusão de quais serviços e quantidades melhor atendem as necessidades relatadas.

Assim sendo, será realizada pesquisa de preços junto ao sistema de Preços Públicos, ferramenta reconhecida pela transparência e confiabilidade dos dados apresentados, bem como pesquisa de preços praticado no mercado local.

7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

A escolha do tipo de solução se baseou em contratações anteriores e levou em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, além de práticas do mercado. Resultando assim na elaboração de contrato para prestação de serviços para o objeto licitado.

TOLAND.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

A manutenção de um elevador consiste na realização de um conjunto de ações que vão do

monitoramento ao reparo ou troca de peças. O objetivo principal da medida é garantir o pleno

funcionamento do equipamento. Assim, após a manutenção, o elevador deve conseguir transportar

os usuários sem transtornos e com segurança, considerando ainda que nos é imperativo cumprir com

os normativos legais e provermos segurança às edificações públicas e aos seus usuários, torna-se

necessária a execução imediata dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Os preços devem levar em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação dos serviços

contratados, tais como tributos, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantias,

fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e peças necessários, mão de obra,

trabalhos eventuais, em finais de semana, feriados e durante o período noturno, bem como quaisquer

outras despesas não mencionadas que incidam ou venham incidir sobre o objeto licitado.

Todos os tributos relacionados à prestação de serviços, inclusive dos recursos humanos envolvidos,

são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção

preventiva e corretiva em 6 (seis) elevadores da Prefeitura Municipal de Hortolândia. Manutenção

preventiva, aquela destinada a prevenir a ocorrência de quedas e defeitos dos elevadores, mantendo-

os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, para o bom

funcionamento dos equipamentos. Manutenção corretiva, aquela destinada a remover os defeitos

apresentados pelos elevadores, colocando-os em perfeitas condições de uso, compreendendo, nesse

caso, ajustes e reparos necessários, com fornecimento das peças de reposição adequadas.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Escolhemos não fazer o parcelamento pois entendemos que os serviços atrelados à aquisição do

equipamento, objeto da contratação, bem como os insumos apresentados, são correlatos e devem ser

geridos e executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia comprometer significativamente

a execução contratual.



11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Por se tratar de uma única contratação que atenderá toda a demanda do setor público do Município de Hortolândia, espera-se alcançar uma economia de escala que beneficiará os cofres públicos.

Ao realizar apenas um único procedimento licitatório o Município despenderá menos recursos financeiros e humanos para atender a demanda anual da contratação para prestação do serviço requisitado. O que por sua vez resulta em economia para os cofres públicos.

Por fim, por se tratar de mesmo fornecedor para cada um dos itens contratados, espera-se alcançar uma padronização dos itens utilizados em toda a esfera pública municipal.

12. MAPEAMENTO DE RISCOS (XII § 1º do Art.18)

Risco	A licitação resultar deserta	A licitante vencedora não entregar o objeto licitado	O objeto entregue não corresponder as especificações do Memorial Descritivo
Probabilidade de ocorrência dos eventos	Baixo	Baixo	Baixo
Possíveis danos potenciais	O desperdício de recursos públicos com a realização de novas licitações	A não entrega do objeto licitado resultaria na convocação do próximo licitante classificado e habilitado. Resultando assim é uma maior duração do processo licitatório. Acarretando custo adicional dos recursos da Administração Pública	Tal ocorrência resulta em atraso no alcance do resultado pretendido pela licitação. Bem como implica em maior dispêndio dos recursos públicos com o processo de substituição dos itens ou convocação dos demais licitantes classificados
Possíveis ações preventivas e contingências	O instrumento licitatório deve ser o mais claro e simples possível, para não desencorajar potenciais licitantes.	Tal risco pode ser mitigado com a apresentação no Edital, de forma clara, das penalidades aplicadas aos licitantes que vencerem a licitação e	Cabe ao gestor/fiscal do contrato, a efetiva e criteriosa verificação dos serviços prestados no momento do recebimento veículo. Bem como ao



		não assinarem o	Município o dever de
		contrato	penalizar a detentora
			que não cumprir as
			cláusulas do contrato
			assinada
Responsáveis por ação	Os fornecedores disponíveis no mercado	A Detentora	A detentora e o Gestor do contrato
Gravidade do Risco	Baixo	Médio	Médio
Grau de dano	Médio	Médio	Alto

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente. Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO AO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não há no âmbito da Prefeitura contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO

Diante do exposto, verifica-se que a aquisição dos itens que constam neste estudo, nas condições e quantidades aqui descritas, são importantes para proporcionar condições de segurança aos usuários da Prefeitura de Hortolândia.



Visto isso, constatamos a viabilidade da contratação nos moldes aqui estabelecidos.



ANEXO III

DADOS PARA CONTATO

Pregão Eletrônico nº 68/2024	
Data da sessão em 29/07/2024, Horário:hmin	
Proponente:	_
Endereço:	
Cidade:	Estado:
CNPJ/MF n°:	_
Telefone:	_
e-mail:	_

Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de manutenção de elevadores com o objetivo de realizar manutenções preventiva, corretiva e emergencial, com o fornecimento de peças e acessórios necessários nas unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Hortolândia, de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de referência.

DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE

Banco:



Nome da Agência:
Número da Agência:
Número da Conta - Corrente:
DADOS DA(S) PESSOA(S) QUE IRÁ(AO) FIRMAR O INSTRUMENTO CONTRATUAL
Nome:
Estado Civil:
Profissão:
R.G. n°
CPF/MF n°
Endereço:

*A apresentação deste anexo tem o objetivo de acelerar o processo de contratação. Sua apresentação é importante, mas sua ausência não inabilitará a concorrente.



ANEXO IV

Minuta de Termo de Contrato

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77412/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° _____/2024, RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 68/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO

	DE HORTOLÂNDIA, SECRETARIA	г
		·
O Município de Hortolândia , pe	ssoa jurídica de direito	o público interno, sediada na
Rua Projetada 12, nº 100, Bairro Jardi	m Metropolitan, no Mu	ınicípio de Hortolândia – SP,
cadastrada junto ao Cadastro Nacion	al de Pessoa Jurídica	a do Ministério da Fazenda
(CNPJ/MF) sob nº 67.995.027/0001-3	32, neste ato, represe	entado pelo(a) Secretário(a)
Municipal, Sr.(a),	(nacionalidade), (e	estado civil), (qualificação
profissional), portador da Cédula	de Identidade (R.G	i.) nº,
devidamente inscrito junto ao Cadasti	ro de Pessoas Física	s do Ministério da Fazenda
(C.P.F./M.F.) sob o nº, doravante de	nominado CONTRATA	ANTE, e, de outro lado, a
empresa, pessoa	a jurídica de direito pr	ivado, sediada na Avenida /
Rua, Bairro	, no Município	de, Estado de
, cadastrada junto ao C	Cadastro Nacional de F	Pessoa Jurídica do Ministério
da Fazenda – (C.N.P.J./M.F.) sob o nº	, com l	nscrição Estadual registrada
sob nº, neste ato repre	esentado por seu Direto	or / Sócio Sr,
(nacionalidade), (estado civil), (qua	lificação profissional),	, portador da Cédula de
Identidade (R.G.) nº, dev	vidamente inscrita junt	to ao Cadastro de Pessoas
Físicas do Ministério da Fazenda –	(C.P.F./M.F.) sob nº _	, doravante
denominada CONTRATADA firmam o	nresente instrumento	contratual na melhor forma



de direito, pelas cláusulas e condições abaixo relacionadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em execução de serviços de manutenção de elevadores com o objetivo de realizar manutenções preventiva, corretiva e emergencial, com o fornecimento de peças e acessórios necessários nas unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Hortolândia, de acordo com as especificações contidas no Termo de referência, e nas demais condições contidas neste Termo contratual.

1.2. Objeto da contratação:

ITE M	QNT	SERVIÇO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	2	Elevadores Shindler com 2 paradas		
2	2	Elevadores BASS com 3 paradas		
3	2	Elevadores BASS com 4 paradas		
Valor 1	otal			

- **1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - **1.3.1.** O Edital da Licitação;
 - **1.3.2.** O Termo de Referência;
 - **1.3.3.** A Proposta do contratado;
 - **1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua



assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- **5.1.** O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).
- **5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- **6.1.** O Gestor do Contrato, ao final de cada serviço prestado pela CONTRATADA, deverá proceder a verificação do registro da Ordem de Serviço (OS) correspondente e constatar o pleno e seguro funcionamento do elevador. Somente após a constatação da normalidade
- **6.2.** deverá ser aceita e assinada a OS do serviço prestado. Deverá ser encaminhado



relatório de medição junto a nota para pagamento.

- **6.3.** O pagamento será efetuado 10 (dez) dias fora a dezena, após ateste da Nota Fiscal.
- **6.4.** As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o **MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**, sob o número de CNPJ 67.995.027/0001-32.
- **6.5.** A tabela abaixo define os níveis de disponibilidade mínimos, considerando o tempo em operação do elevador, desde a sua instalação, e relaciona-os com o percentual que incidirá no valor mensal dos serviços a ser pago à CONTRATADA, que será chamado de Fator de Pagamento Mensal (FPM).
 - **6.5.1.** A tabela abaixo segue o descrito no item 1.7 e seus subitens do Termo de Referência.

Disponibilida	Tempo em operação do elevador				
de (DISP)	0 a 1 ano	1 a 5 anos	5 a 15 anos	15 a 20	> 20 anos
				anos	
		Fator de	Pagamento N	lensal (FPM)	
95% a 100%	100%	100%	100%	100%	100%
90% a 94,9%	95%	95%	95%	95%	95%
85% a 89,9%	90%	90%	90%	90%	90%
75% a 84,9%	85%	85%	85%	85%	85%
55% a 74,9%	65%	65%	65%	65%	65%
50% a 54,9%	50%	50%	50%	50%	50%
< 50%	10%	10%	10%	10%	10%

- **6.6.** Por força da Instrução Normativa RFB nº 2043/2021, para fins Tributários, os valores para recolhimento previdenciário (INSS) devem estar discriminados na Nota Fiscal;
- **6.7.** Considerando decisão proferida pelo STF RE 1.293.453 em 11/10/2021 e por força do Decreto Municipal 4.947/2021 que trata das regras de retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo, dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, ao efetuar os pagamentos a CONTRATANTE



procederá à retenção do imposto de renda (IR).

6.7.1. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos

valores decorrentes da prestação de serviços contratados ou fornecimento dos

bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos

cofres municipais, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de

1988;

6.7.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento,

inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou

prestação de serviços, para entrega futura;

6.7.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos

realizados a pessoas ou serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução

Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

6.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não

tenha concorrido de alguma deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais

aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do

efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;



VP = Valor da Parcela em atraso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- **7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- **7.2.** Após o intervalo de um ano, os preços poderão ser reajustados após negociação entre as partes, observando-se como limite máximo a variação do índice IPCA/IBGE.
- **7.3.** O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela contratada.
 - **7.3.1.** Para a concessão do reajuste deverá ser comprovado que a contratada não concorreu para que o prazo inicialmente pactuado não tenha sido cumprido.
- **7.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- **7.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- **7.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- **7.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **7.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo

CATOLA VO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo

aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Sem prejuízo das obrigações descritas no Termo de referências, são obrigações da

CONTRATANTE:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de

acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas

no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou

em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações

pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela

incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando

houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e

quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do

objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Hortolândia

para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo

Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações

relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a

boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *01 (um) mês*, a contar da data do

protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por

igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-

financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo

para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo

Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus

empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Sem prejuízo das obrigações descritas no Termo de referências, são obrigações da

CONTRATADA:

9.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em

seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes

da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir

CONTOL AVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

dispostas:

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que

antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo

previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou

autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento

ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou

em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios,

defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem

como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo

essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia,

caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas,

previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o

objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer

ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto

contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja

sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de

pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos

prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou

para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei

n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado

pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas

vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento

do contrato:

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos

quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de

fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua

proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto

quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou

municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados,

ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e

tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de

execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação,

quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial

descritivo ou instrumento congênere.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto

na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do

trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade

e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural,

relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da

Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);

10.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as

bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº

13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos.

específicos, explícitos e informados ao titular.

10.2. A detentora obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda

informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD,

suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto

descritono instrumento contratual;

10.2.1. A detentora não poderá se utilizar de informação, dados pessoais

ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos

serviçosespecificados no instrumento contratual;



10.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta serárealizada após prévia aprovação do município de Hortolândia, responsabilizando- se a detentora pela obtenção e gestão.

10.3. A detentora obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o município de Hortolândia está exposto;

10.4. A detentora deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

10.4.1. A detentora deverá permitir a realização de auditorias do município de Hortolândia e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;

10.4.2. A detentora deverá apresentar ao município de Hortolândia, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

10.5. A detentora se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados,



documento que deverá estar disponível em caráter permanente para exibição ao município de Hortolândia, mediante solicitação;

- **10.5.1.** A detentora deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do município de Hortolândia, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.
- **10.6.** A detentora não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual;
 - **10.6.1.** Caso autorizada transmissão de dados pela detentora a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.
- **10.7.** A detentora deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;
- **10.8.** A detentora deverá comunicar formalmente e de imediato ao município de Hortolândia, por meio do Gestor do Contrato, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
 - **10.8.1.** A comunicação acima mencionada não eximirá a detentora das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- **10.9.** Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a detentora interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados



pelo município de Hortolândia e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias por ventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a detentora tenha que manteros dados para cumprimento de obrigação legal;

- **10.10.** A detentora ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo município de Hortolândia para as finalidades pretendidas neste contrato;
- **10.11.** A detentora ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo município de Hortolândia.
 - **10.11.1.** Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o quedispõe o Capítulo VI, Seção III, da LGPD.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- **11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **12.1.** As infrações e sanções administrativas serão consideradas e aplicadas nos termos do Decreto Municipal 5.181 de 24 de janeiro de 2023.
- **12.2.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado,

independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes

contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o

Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade

ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato,

desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo

menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem

ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual

ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou

antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº

14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não

ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser

formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente



cumpridos;

- **13.9.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- **13.9.3.** Indenizações e multas.
- **13.10.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Programa deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
 - a) Ficha: 144 05.01.04.122.0216.2.020.339039.01.1100000.
- **14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSO

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei <u>nº 14.133, de 2021,</u> e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na <u>Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do</u> Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e

W OLAYO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os

acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco

por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por

simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº

14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de

Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem

como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527,

de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – AMPARO LEGAL

18.1. O presente Contrato Administrativo é regido pelas disposições contidas na Lei

Federal nº 14.133/2.021, suas alterações e demais normas complementares de direito

privado e disposições deste instrumento, bem como as disposições contidas no Processo

Administrativo protocolado sob nº 77412/2024, originário do Procedimento Licitatório

instaurado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 68/2024, seus Anexos, tudo fazendo

parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos

fossem.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis

brasileiras e o Juízo da Comarca de Hortolândia – Estado de São Paulo, terá jurisdição e



competência	sobre	qualquer	controvérsia	resultante	deste	contrato,	constituindo	assim o
foro de eleiçã	ăo, prev	valecendo	sobre qualo	uer outro,	por mai	s privilegi	ado que seja	

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente, por si e seus sucessores em três vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

Representante legal do CONTRATADO



ANEXO V TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:	
CONTRATADO:	
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):	
OBJETO:	

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo tribunal de contas do estado de são paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- **b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, despachos e decisões, mediante regular cadastramento no sistema de processo eletrônico, em consonância com o estabelecido na resolução nº 01/2011 do tcesp;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no diário oficial do estado, caderno do poder legislativo, parte do tribunal de contas do estado de são paulo, em conformidade com o artigo 90 da lei complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do código de processo civil;
- **d)** As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "cadastro corporativo tcesp cadtcesp", nos termos previstos no artigo 2º das instruções nº01/2020, conforme "declaração(ões) de atualização cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
- 2. Damo-nos por notificados para:



a)	O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente
public	cação;
b)	Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais,
exerc	er o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
LOCA	AL e DATA:
<u>AUT(</u>	DRIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome	e:
Cargo	D:
CPF:	
RESE	<u>PONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA</u>
<u>DISP</u>	ENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome	9:
Cargo	D:
CPF:	
	atura:
RESE	PONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
<u>Pelo</u>	contratante:
Nome	:
Cargo	D:
	atura:
	contratada:
Nome	e:
Cargo	D:
CPF:	



Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do



parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).